

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 39/XII

**“Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas
Lajes do Pico”**

19 DE MAIO DE 2023



INTRODUÇÃO

A 27 de julho de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 39/XII, intitulada “Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico”, cujo primeiro signatário é o cidadão António Carrilho Simas Santos.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*Serviço Regional de Saúde*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.



ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

O peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que *“Os abaixo-assinados, residentes no concelho de Lajes do Pico - um concelho periférico e alvo de um grave impacto de erosão demográfica traduzido numa realidade social em que mais de 25% da população, residente possui idade superior a 65 anos - vem, por este meio reivindicar ao atual Governo Regional o repensar da construção de um novo Centro de Saúde. Esta legítima reivindicação, além de ser suportada na exigência de equidade face à ação realizada pelos anteriores governos regionais nos outros concelhos; da ilha, assenta numa visão coletiva de reforço da coesão territorial e da qualidade dos serviços de saúde a um concelho que não merece ser discriminado nem tratado como parente pobre, o que vem acontecendo desde há largos anos.*

As Lajes do Pico reivindicam a construção de um Centro de Saúde novo e desafogado, construído de raiz, com boas acessibilidades e que possa responder aos desafios da medicina preventiva e comunitária dos tempos atuais, o que não irá acontecer com o projeto de remodelação projetado para o antigo edifício projeto esse que obrigou a deslocalização dos serviços para o edifício da antiga escola, (considerado anteriormente como incapaz) com uma adaptação provisória muito precária, que no entanto já está em utilização há mais de 3 anos, merecendo da parte dos funcionários e dos utentes um esforço contínuo de adaptação.



Rejeitamos veemente mais este remendo pensado pelo anterior Governo e chamamos a atenção para a necessidade premente de criação neste Concelho dos indispensáveis cuidados continuados e paliativos, numa comunidade idosa como a nossa.

O velho edifício da Santa Casa da Misericórdia, instituição também vocacionada para o apoio à população, cumpriria muito melhor se fosse reabilitado para a prestação desses cuidados, permitindo a libertação de lugares tão procurados nos dois lares existentes no Concelho e seria determinante para ajudar a diminuir as listas de espera, dando a cada serviço a dignidade que os seus utentes merecem.

Esta é uma hora em que o Concelho se une em prol de uma decisão estruturante para o futuro da nossa comunidade.

Persistir num erro de quase duas décadas trará consequências irreparáveis para o futuro da população residente e será um duro golpe na coesão social e territorial, tão apregoada pelos vários Governos Regionais”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder às audições do primeiro peticionário, o cidadão António Carrilho Simas Santos, do membro do Governo com competência na matéria, da Câmara Municipal das Lajes do Pico, da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, que decorreram nos dias 26 e 27 de abril de 2023.

- **Audição do peticionário, o cidadão António Carrilho Simas Santos, ocorrida no dia 26 de abril de 2023:**

O primeiro peticionário referiu que a petição foi subscrita por um elevado número de cidadãos o que prova a sua amplitude. Para além disso, o concelho das Lajes do Pico é envelhecido, com mais de 25% da população residente com idade igual ou superior a 65 anos, pelo que uma boa prestação de cuidados de saúde é essencial, daí que se reivindique a construção de um novo centro de saúde. Após esta explanação inicial, o primeiro subscritor leu a petição, terminando a sua intervenção com a nota de que a



questão dos cuidados continuados é fundamental e, neste momento, os lares estão sobrelotados e têm utentes dependentes, quando a sua função deve ser albergar pessoas com alguma autonomia. Para o primeiro peticionário, o velho edifício da Santa Casa poderá ser destinado à prestação dos cuidados continuados, permitindo a libertação de lugares nos sobrelotados lares existentes, sendo esta uma medida determinante para ajudar a diminuir as enormes listas de espera.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra o deputado Carlos Freitas (PSD) que depois de agradecer a ação cívica dos peticionários, recordou que o PSD sempre defendeu a construção de um centro de saúde novo nas Lajes do Pico. Acrescentou que a questão da remodelação seria uma solução a curto prazo, mais rápida, antes de se avançar para a seguinte, até porque as obras de remodelação terão sempre de acontecer no edifício antes de o mesmo voltar a ser entregue à Santa Casa da Misericórdia. Feita esta nota preambular, perguntou a razão de só agora ter surgido uma petição sobre esta matéria quando a decisão de remodelação já tinha sido tomada na legislatura passada.

Em resposta, o peticionário Dr. Simas Santos, deu nota que o executivo camarário anterior foi sempre contra a remodelação do edifício da Santa Casa da Misericórdia, portanto não é algo novo. Há um grande princípio de coerência em relação a esta matéria, mas surge exatamente nessa altura quando se verificou, no concurso público, que o valor da remodelação seria de 2.500.000 de euros, o que é uma quantia muitíssimo relevante quando se trata de um edifício velho e cheio de patologias. Para além do valor, há outras questões que se levantam em termos de funcionalidade e segurança do edifício. A título de exemplo, disse que o teto não oferece condições e considera que outros aspetos poderiam vir a ser descobertos no decorrer das obras, encarecendo a intervenção, uma vez que se trata de um edifício com mais de 60 anos. A par do referido, a questão levanta-se quando se vai investir num edifício que não é da Região. Para o Dr. Simas Santos, o único argumento para se estar contra o que preconiza a petição é um atraso na consolidação e na construção do novo centro de saúde, mas esse atraso não provocou nenhum tipo de provação, nomeadamente nos próprios funcionários do serviço.



Em réplica, o deputado Carlos Freitas (PSD) reiterou que a construção de um novo centro de saúde era uma promessa do PSD e um objetivo do atual Governo Regional. Porém, perante a demora que este processo implicaria, propôs-se avançar com a requalificação do edifício existente para devolver a dignidade no acesso à saúde nas Lajes do Pico num período mais rápido, passando-se ao cumprimento da promessa a médio prazo.

O primeiro peticionário interveio no sentido de esclarecer que perante uma remodelação que viu os seus custos muito aumentados, desde a primeira proposta até ao último concurso lançado, inviabilizar-se-ia a construção de um novo centro de saúde a médio prazo.

Seguidamente, usou da palavra o deputado Mário Tomé (PS) que agradeceu o facto de a Comissão de Assuntos Sociais estar a decorrer na ilha do Pico. No que toca ao objeto da petição, afirmou que não levaria o assunto para a esfera política, por ser demasiado sério. Relembrou, porém, que o processo relativo às obras que estavam previstas no anterior edifício correu mal e houve vários erros do ponto de vista da análise do mesmo. Recordou, ainda, que a primeira vez que foi lançado o concurso para a requalificação do edifício, o valor andava à volta dos 700 ou 800 mil euros, valor muito diferente daquele apresentado no lançamento do último concurso. Verificados vários problemas, o montante destinado à requalificação do edifício poderia ser muito melhor aproveitado numa nova solução. O importante agora, de acordo com o deputado, é avançar e garantir à população do concelho das Lajes o acesso digno aos cuidados de saúde. Perguntou, nesta sequência, de que forma o novo edifício poderia albergar novas valências e oferecer melhores condições aos utentes e funcionários. Questionou, de igual modo, o que poderia o novo centro de saúde potenciar em termos de desenvolvimento económico e social nas Lajes do Pico.

Para responder às questões, o primeiro peticionário começou por elogiar a ação do Governo Regional, por ter optado por analisar a situação com mais pormenor, suspendendo, para já, a execução da obra de requalificação e assinalou que tem havido um clima de cooperação e de diálogo.



O projeto que foi desenvolvido para a remodelação do centro de saúde tem um princípio que está errado - o de que havia várias enfermarias e internamente. Tal estaria completamente posto em causa face a vários fatores, nomeadamente pelo entendimento de que os centros de saúde são unidades de prevenção e de medicina comunitária, não tendo como filosofia de fundo ter internamentos. Deveria, na sua opinião, ter apenas uma enfermaria de três camas, para ser simplesmente uma enfermaria de observações, devendo o centro de saúde virar-se para a medicina preventiva e comunitária para a prestação dos cuidados básicos de saúde. Os atuais profissionais de saúde do centro de saúde das Lajes do Pico anseiam também por um novo espaço, por estarem em condições precárias, logo há agora a oportunidade de se avançar para uma construção de raiz, que permitirá respeitar tudo o que está na lei, melhorando, entre outros aspetos, as acessibilidades.

Em réplica, o deputado socialista Mário Tomé (PS) questionou se o atual edifício poderia, numa fase posterior, ser um espaço dedicado aos cuidados continuados, tendo sido esclarecido que é essencial que as Lajes do Pico tenham uma boa resposta nesta área específica. A terminar, sublinhou o facto de, no futuro, haver todas as condições para que haja um protocolo entre o Serviço Regional de Saúde e a Santa Casa de Misericórdia no sentido de haver apoio médico e de enfermagem num novo centro de cuidados continuados e paliativos naquele espaço.

Na segunda ronda, inscreveu-se, novamente, o deputado Carlos Freitas (PSD) que iniciou a sua intervenção referindo que muitos lajenses tinham um sentimento de revolta pelo facto de o Governo anterior ter rejeitado sempre a ideia de construção de um novo centro de saúde. Havendo, neste momento, a possibilidade de se avançar com esta solução, o deputado questionou se o petição rejeitava a hipótese de o mesmo vir a ser construído no centro da Vila, dado o texto da petição referir a necessidade de ser num espaço “desafogado” e com boas acessibilidades.

Para o Dr. Simas Santos, este não é o entendimento dos petiçãoários. O centro da Vila é adequado e oferece as condições exigidas para um novo centro de saúde. Para além disso, há outras questões que devem ser tidas em conta, nomeadamente a desertificação, visto que a saída de serviços da Vila causa também problemas ao nível



da dinâmica social e económica. O peticionário lembrou, também, que a Câmara Municipal das Lajes do Pico tinha promovido um estudo de revitalização, um estudo urbanístico da Vila em termos do próprio tecido urbano, da Fajã das Lajes do Pico e do acesso ao mesmo. Houve quem levantasse a questão de se demolir um dos sítios propostos - pavilhão desportivo - que em termos urbanísticos é uma construção que não tem nada a ver com a Vila, que é histórica e tem um valor incalculável. O pavilhão está degradado e a sua recuperação integral seria custosa. Nesse sentido, a Câmara Municipal promoveu esse estudo de revitalização propondo que fosse construído um multiusos que iria substituir o edifício atual, com melhores condições para a prática de desporto e para o uso da população em diversas situações, sendo que o espaço do atual pavilhão ficaria, então, para o centro de saúde.

De seguida, interveio a deputada Marta Matos (PS) que perguntou que leitura fazia o peticionário da proposta de recomendação que foi apresentada na última Assembleia Municipal das Lajes pelos partidos da coligação, para que o Governo Regional retomasse de imediato a obra de reabilitação relativa ao edifício do centro de saúde das Lajes, tendo sido esclarecida que foi com profunda estranheza que o peticionário ouviu a proposta.

Na terceira ronda, o deputado Carlos Freitas (PSD) clarificou os presentes que a grande preocupação do PSD das Lajes do Pico é que se consiga devolver dignidade às pessoas, no que ao acesso aos serviços de saúde diz respeito, o mais rapidamente possível. O deputado lembrou, também, que existe um contrato de cedência de espaço assinado entre o Governo Regional e a Santa Casa, a vigorar até 2035, sendo que o mesmo determina a devolução do edifício em boas condições, pelo que as obras de requalificação terão de acontecer de qualquer modo.

Em comentário, o peticionário afirmou que havia uma necessidade muito premente de se responder às necessidades de acesso à saúde, mas a utilizar o montante em causa para uma requalificação neste momento, este investimento iria inviabilizar em termos objetivos que se avançasse para a construção do novo centro de saúde. Há quatro anos que se está na situação de uma possível requalificação do edifício existente, mas



estando os profissionais de saúde favoráveis com o compasso de espera que a nova solução poderá significar, faz sentido é que se avance, de facto, para uma construção de raiz.

- **Audição da Vice-Provedora da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, ocorrida no dia 26 de abril de 2023:**

A Vice-Provedora, Dra. Paula Casals, começou por referir o motivo de estar na audição em representação do provedor da Santa Casa e, sem demora, colocou-se à disposição da Comissão para responder às questões das senhoras e dos senhores deputados.

Inscreveu-se, na primeira ronda, o deputado Mário Tomé (PS), que iniciou a sua intervenção com uma nota de apreço à Dra. Paula Casals pelo trabalho prestado ao longo do seu percurso profissional, e fez uma breve resenha do processo inerente ao centro de saúde das Lajes do Pico. Seguidamente, e dentro do âmbito do serviço prestado pela Santa Casa nas duas valências de Lar de Idosos no concelho, perguntou se existia lista de espera para esta instituição e se a Santa Casa considera, mais tarde, utilizar o edifício que serve de centro de saúde, depois de reabilitado, para aumentar o número de camas para Lar.

Em resposta, a Vice-Provedora corroborou o facto de o concelho das Lajes ser muito envelhecido e confirmou que o Lar da Santa Casa é muito procurado. Em algumas situações, e dada a falta de resposta, os casos são resolvidos com o apoio domiciliário, que também é um dos serviços prestados, como forma de manter as pessoas o mais possível na sua habitação. Deu nota, porém, que a Santa Casa tem dois Lares, cada uma com 25 vagas, estando todas elas preenchidas, pelo que há uma grande lista de espera. A Dra. Paula Casals informou que já foram feitas obras numa das estruturas residenciais para idosos, tendo conseguido crescer um pouco, mas para manter a qualidade, não há possibilidade de crescer mais dentro daquele edifício, a não ser que se transfira alguns dos serviços atualmente existentes no Lar para outro espaço.

Em réplica, o deputado Mário Tomé (PS) questionou quais seriam, na visão da Vice-Provedora, as mais valias do novo centro de saúde, tendo sido esclarecido que todos os



centros de saúde são hoje em dia projetados para terem uma boa acessibilidade, tanto externa como interna e o edifício atual não oferece tal. Fazendo referência à sua experiência pessoal, depois de ter trabalhado naquele espaço durante 40 anos, compreende que um novo centro de saúde trará melhores condições e maior conforto para todos. Acrescentou que no passado tinha toda a lógica o centro de saúde ser naquele espaço, porque era muito central, mas hoje torna-se muito apertado, a título de exemplo, não há espaço para as ambulâncias circularem devidamente.

De seguida, interveio o deputado Carlos Freitas (PSD) que, após um registo de estima e consideração pela Dra. Paula Casals, quis saber se a Santa Casa está disponível para aumentar as valências da instituição, nomeadamente nos cuidados continuados ou se a Santa Casa está disponível para ter um terceiro lar, visto os dois lares da Santa Casa já estarem totalmente preenchidos. Neste seguimento, lembrou que um lar com cinquenta camas é muito diferente de dois com vinte e cinco camas cada, dado o aumento de despesa, nomeadamente ao nível dos recursos humanos.

Em resposta, a Vice-Provedora afirmou que o edifício, quando for devolvido, deverá ser canalizado para um espaço útil e abranger outras áreas, nomeadamente os cuidados continuados. Porém, a não ser esta hipótese, poderá servir outros propósitos. De acordo com a Dra. Paula Casals, dentro de um ano e meio a atual provedoria terminará o seu mandato, portanto não poderá fazer muitos planos para o futuro, até porque o espaço não ficará disponível antes deste período temporal. Os planos que eventualmente poderão pensar, podem ser diferentes daqueles que uma nova direção poderá ter em mente. Para já, pensa-se passar para o edifício do atual centro de saúde os serviços, libertando, assim, espaço no atual lar para mais camas.

A terminar a sua intervenção, a Vice-Provedora informou que a Santa Casa tem um contrato com a USIP em relação àquele edifício e esse contrato é por 20 anos. Estava determinado que as obras projetadas tivessem terminado em 2019, mas tal não aconteceu. De acordo com a Dra. Paula Casals, “A Santa Casa não está a exigir nada, mas é um facto que as obras não terminaram e o edifício está muito pior do que já esteve”. Neste momento, apenas o raio X está em funcionamento naquele espaço.



“Todos esperam uma solução, seja ela qual for, obviamente que isso cabe ao Governo e à Assembleia resolver, mas é muito importante e penso que devíamos chamar a atenção que há ali um problema de saúde que se pode agravar obviamente com o cansaço do pessoal que lá trabalha por não ter as condições”, concluiu.

- **Audição da Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, ocorrida no dia 26 de abril de 2023:**

Após os agradecimentos à Comissão pelo trabalho de proximidade com a população, nomeadamente pela escolha da ilha do Pico para realizar a reunião, a Presidente da Câmara, Dra. Ana Brum, fez uma breve resenha dos acontecimentos relativos ao processo do centro de saúde das Lajes. Começou por referir que, ao tomar posse, havia uma avaliação para a remodelação do centro de saúde atual, na ordem dos 700.000 euros, sendo que o empreiteiro responsável pela obra faliu e foi necessário encontrar uma outra possibilidade para dar andamento à obra. A Presidente acrescentou que o Governo Regional, junto da Ordem dos Enfermeiros e dos Médicos, foi muito célere em encontrar uma solução para o centro de saúde das Lajes. Foi lançado novo concurso público de 1.500.000 euros que ficou deserto, o que levou ao lançamento de mais um concurso, no valor de 2.500.000. Foi nesse momento que a Câmara Municipal das Lajes do Pico decidiu elaborar uma análise, uma memória descritiva do caderno de encargos que foi lançado a concurso, tendo verificado que existiam vários problemas. A primeira questão é que se trata de um edifício da Santa Casa da Misericórdia, instituição que tem a intenção de ter mais camas para o lar de idosos, com cuidados continuados e paliativos, uma vez que as Lajes do Pico é o mais envelhecido concelho dos Açores. Neste momento, pode-se tomar decisões estratégicas e o mais viável é avançar para uma solução integrada – a construção de um novo centro de saúde e a requalificação do edifício existente para aumentar as respostas sociais. Para além do referido, de acordo com a edil, o próprio projetista alertou que as ações a implementar estariam condicionadas com o alto grau de imprevisibilidade na execução das obras de reconstrução. Desta feita, avançou-se para uma análise mais extensiva e verificou-se que existe a obrigatoriedade legal de haver um estudo de vulnerabilidade sísmica, algo que não foi feito para este projeto. Foi feita, de igual modo, uma análise ao projeto de segurança que permitiu verificar que não são observadas as disposições técnicas



exigíveis relativas às vias de evacuação vertical nem todas as disposições regulamentares na segurança contra incêndios. Em suma, para além de ser uma obra onerosa, não ia cumprir com aquilo que eram os requisitos necessários. Deste modo, a solução de um novo centro de saúde permitirá cumprir todos os requisitos legais e serão tidas em conta questões como a acessibilidade, a mobilidade e a funcionalidade do próprio edifício. A petição surgiu neste contexto e foi assinada por muitos munícipes, pelo que a Câmara Municipal das Lajes do Pico está disponível para contribuir para resolver a questão, recorrendo a estudos técnicos para suportar as decisões. A par dos estudos técnicos, e tendo em conta o plano de regeneração e revitalização urbana do centro da vila, a autarquia ponderou a construção do novo centro de saúde no coração da vila, um local perfeitamente seguro, de acordo com o que foi apresentado pela Universidade dos Açores, que tem cartografada toda a fajã lávica das Lajes, mostrando estar estável a nível de sismicidade e geológico. Nesta sequência, a própria Câmara Municipal tem terreno para ceder para o efeito, que fica no local do atual pavilhão desportivo. A autarca terminou a sua exposição inicial a enaltecer a abertura e disponibilidade do atual Governo Regional em ouvir e analisar a proposta, bem como em não avançar com as obras de remodelação previstas.

Aberta a primeira ronda, pediu a palavra o deputado Carlos Freitas (PSD) que, reiterando as palavras da autarca, frisou que a cooperação do Governo Regional com o poder local é essencial para o desenvolvimento dos diferentes locais, algo que deverá mover qualquer ação dos políticos e que está acima de interesses pessoais e partidários. Feito este preâmbulo, questionou se o espaço do pavilhão desportivo seria o lugar ideal para um novo centro de saúde para o século XXI, cumprindo com o que é referido na petição, mormente que se pretende “um centro de saúde novo e desafogado, construído de raiz, com boas acessibilidades...”. Perguntou, ainda, se a escolha do local tinha sido uma vontade expressa da população.

Em resposta, a autarca disse ser importante realçar que o estudo técnico feito pelo município teve em conta as áreas e a organização funcional do edifício, sendo que a construção de um novo centro de saúde naquele local oferece todas as características necessárias para o novo projeto. A autarca acrescentou que ninguém quer ficar com o ónus de tomar a decisão errada e que estão todos empenhados na procura da melhor



solução técnica para se revitalizar também a vila, porque a saída de serviços do centro tem implicações na própria dinâmica económica da vila.

O deputado Carlos Freitas (PSD), em réplica, reiterou que não se trata de um processo fácil e nunca se consegue corresponder às expectativas de todos, mas importa sempre analisar com todo o cuidado e sustentação a melhor solução, verificando se há outras hipóteses que sejam mais benéficas sem que se tenha de deslocalizar muito o centro de saúde do centro da vila.

Para a autarca, é importante esclarecer a população acerca do que se pretende e que valências terá o centro de saúde, para não se iludirem com o pensamento de que será quase um hospital, necessitando, assim, de mais espaço.

Seguidamente, interveio o deputado Mário Tomé (PS) que teceu um comentário à explanação já feita, congratulando o empenho da Câmara Municipal na procura de respostas para o problema em torno do centro de saúde e todas as diligências tomadas, quer na preparação de um estudo técnico fundamentado, quer no diálogo com o Governo Regional sobre esta matéria. Para o deputado socialista, a haver uma solução técnica e viável para que o centro de saúde fique no interior da Fajã, então a mesma deverá lá ficar, contribuindo para o desenvolvimento económico das Lajes do Pico. Terminou a questionar se a Câmara Municipal das Lajes do Pico teria a disponibilidade de apoiar as pequenas obras de melhoria das valências do centro de saúde atual que laboram na antiga escola, referindo que as mesmas necessitam de intervenção enquanto se aguarda a construção do novo edifício.

Em resposta, a autarca afirmou que a Câmara já tem dado resposta às necessidades do centro de saúde e continuará a tentar dar as melhores condições às várias instituições dentro daquilo que são as suas possibilidades. Avançou, como exemplo, o alcatroamento da entrada do serviço de atendimento permanente.

Na segunda ronda de questões, interveio, novamente, o deputado Carlos Freitas (PSD) que questionou onde ficaria o internamento, caso houvesse esta valência, e, a ser no



novo edifício, se os utentes não ficariam prejudicados com o barulho que se faz naquela zona durante a semana dos baleeiros.

Em jeito de esclarecimento, a Presidente da Câmara Municipal explicou que as decisões sobre aquilo que haverá ou não cabe à tutela, em consonância com a Ordem dos Médicos e a dos Enfermeiros. Relativamente ao barulho, e tendo em conta toda a capacidade de construção de isolamentos acústicos e térmicos nas novas construções, 3 dias de 365 dias não trarão problemas. Concluiu dizendo que o centro de saúde é a prioridade máxima nas Lajes e a semana dos baleeiros, à semelhança do que já aconteceu ao longo das últimas décadas, pode ser noutra espaço, sendo possível poder ter o centro de saúde a funcionar na sua plenitude ao mesmo tempo que decorrem as festividades.

- **Audição da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico (USIP), ocorrida no dia 26 de abril de 2023:**

Não havendo uma exposição inicial da parte da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, Dra. Ana Jorge, foi aberta a primeira ronda de questões, tendo-se inscrito o deputado Mário Tomé (PS).

O deputado socialista perguntou se havia alguma orientação superior que desse nota da construção de um novo centro de saúde. Nesta sequência, explicou que esta era a intenção do executivo camarário que se encontrava a colaborar com o Governo Regional na busca de uma solução, dado todo o histórico do processo, nomeadamente os concursos e os montantes envolvidos. O deputado perguntou, ainda, se a Presidente da USIP considera ser esta a melhor decisão.

Em resposta, a Presidente referiu que, poucas semanas após ter iniciado funções, foi solicitado um levantamento de necessidades de investimento, tendo o Conselho de Administração inscrito um novo centro de saúde das Lajes do Pico. Portanto, um ano antes da petição, já esta necessidade tinha sido diagnosticada, para se poder servir com dignidade e cumprir aquilo que é efetivamente a função de um centro de saúde com a especificidade de se localizar num concelho com uma elevada percentagem de idosos.



Sabendo da demora de uma obra desta envergadura, um objetivo a curto prazo apontado pela USIP seria o de se avançar com as obras de remodelação no atual centro de saúde.

Seguidamente, interveio o deputado Carlos Freitas (PS) que questionou a Presidente Ana Jorge como tem sido trabalhar no atual edifício do centro de saúde no estado em que atualmente se encontra, tendo sido esclarecido que a deslocação dos serviços, numa primeira fase, nem sequer estava prevista no anterior governo. Estava previsto que as obras acontecessem concomitantemente com o funcionamento do centro de saúde. Posteriormente, percebeu-se que isso não seria viável, pelo que várias valências estão em funcionamento na antiga escola, no centro da Vila. A situação era para ser transitória e de curta duração, mas aquilo que eventualmente demoraria catorze meses já leva cinco anos. Tem sido feito todo o esforço, em articulação com os profissionais de saúde, no sentido de garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população. Também a Câmara Municipal das Lajes tem colaborado, com intervenções no edifício camarário, isto é, na antiga escola. A Presidente da USIP deu nota dos vários condicionalismos existentes no atual centro de saúde, como a falta de espaço, as instalações elétricas, o uso de um gerador que foi cedido por pouco mais de um ano, mas que lá continua e os problemas causados pelo mau tempo, como uma cheia que houve recentemente e que estragou o piso. Não obstante esta realidade, tem sido feito um esforço para mitigar as dificuldades e dotar o espaço dos recursos materiais e humanos necessários para a prestação de um serviço mais regular aos Lajenses, como a colocação de terapeutas.

- **Audição da Secretária Regional da Saúde e do Desporto, ocorrida no dia 27 de abril de 2023:**

A Secretária Regional Mónica Seidi começou por saudar os peticionários pela iniciativa popular de trazer à discussão pública um assunto sensível para a população do concelho das Lajes do Pico. A reivindicação manifestada é a vontade da população que assinou a petição e o Governo Regional está atento não só às necessidades, mas também à vontade da população. Prova do referido, foi o facto de ter havido a coragem de parar aquilo que era o plano inicial e de se ter assumido que era



necessário fazer uma análise ao que estava delineado e à alternativa proposta, bem como ouvir a autarquia. Houve, de facto, a capacidade e a coragem de o Governo Regional suspender o processo e de dialogar e em setembro do ano passado, foi emitido um parecer técnico que vai ao encontro da construção de um novo centro de saúde. A governante referiu que uma nova estrutura é o que melhor servirá as necessidades da população e do próprio setor que está em permanente mudança, também numa perspetiva de motivar os profissionais de saúde, incentivando-os à prática de cada vez melhores cuidados de saúde a oferecer às populações.

Aberta a primeira ronda de questões, inscreveu-se o deputado Mário Tomé (PS) apenas para deixar um cumprimento à Secretária Regional, enaltecendo o facto de a mesma estar devidamente informada acerca do processo e de ter sido muito explícita na sua intervenção, apesar de ter iniciado funções há muito pouco tempo. O deputado referiu que, numa atitude colaborativa, o município fez uma análise dos problemas da obra de requalificação do centro de saúde, tendo existido abertura da parte do Governo Regional para ouvir e estudar a situação, o que levou à tomada de decisão de se avançar para a construção de um novo edifício. O que se espera é que o processo seja desenvolvido de uma forma célere para responder às necessidades da população.

Em comentário, a governante asseverou que era sua intenção resolver o problema, melhorando o acesso aos cuidados de saúde, numa resposta que se pretende o mais consensual possível.

Seguidamente, interveio do deputado Carlos Freitas (PSD) que também manifestou a sua preocupação com o tempo que o processo poderá levar, referindo que há um aspeto muito positivo a destacar, mormente o diálogo entre o Governo Regional e a autarquia na busca pela melhor solução. Nesta sequência, deu nota que a Câmara Municipal tem um espaço já pensado no interior da Vila e solicitou que a governante se pronunciasse sobre esta possibilidade. Pediu, ainda, esclarecimentos acerca das valências que o novo centro de saúde terá.



Em resposta, a Secretária Regional afirmou que de facto é público a intenção já declarada de o centro de saúde ficar na localização do pavilhão gimnodesportivo, mas também já foi afirmado publicamente pela Senhora Presidente da Câmara que existem outros terrenos que estarão disponíveis. Assim, para a governante, trata-se de uma questão técnica, que tem de ser avaliada, mas o Governo Regional obviamente está sensível às pretensões da autarquia e da população. Se existirem terrenos em melhores condições do ponto de vista técnico, os mesmos serão equacionados. O importante é garantir melhores condições de acesso aos cuidados de saúde aos Lajenses.

A Secretária Regional recordou que haverá um processo a decorrer antes da construção propriamente dita, pelo que há tempo para ser analisado, ao pormenor, o espaço onde a obra decorrerá. Explicou, de igual modo, que enquanto se aguarda pela obra, os utentes terão de continuar a usufruir de cuidados de saúde no antigo edifício escolar, um espaço que requer intervenção para pequenas obras de recuperação e manutenção, algo que já foi assumido pela Presidente da Câmara Municipal das Lajes na audição sobre esta petição. Sobre esta matéria, deixou uma palavra de apreço aos profissionais de saúde que trabalham nas Lajes, que, mesmo não usufruindo das melhores condições de trabalho, são incedíveis no desempenho das suas funções.

No que toca às valências, segundo a titular da pasta da Saúde, pretende-se que seja uma unidade no contexto dos cuidados de saúde primários, que tenha valências básicas, nomeadamente a psicologia, a nutrição, a terapia ocupacional, os serviços de enfermagem e os serviços médicos. Há também uma perspetiva que parece importante e que diz respeito à questão da fisioterapia. Existe, também, uma indefinição em relação à questão de haver um internamento ou não, mas para a Secretária Mónica Seidi, nesta fase seria prematuro estar a assumir qualquer tipo de decisão. Porém, referiu que é preciso não esquecer que a ilha já tem uma unidade de internamento, com um corpo clínico no âmbito da medicina interna, que tem uma relação muito direta com o hospital da Horta e, portanto, já há uma valência que evita que haja uma transferência de doentes com necessidades de internamento para outra ilha, pelo que a pretensão de se apostar no internamento tem de ser muito bem analisada.



CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos petionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de 300 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. Ouvidos todos os convocados para a audição, há unanimidade em considerar que uma boa prestação de cuidados de saúde é essencial no concelho das Lajes do Pico, tendo em conta que mais de 25% da população é envelhecida, daí ser imperioso uma solução para o problema;
3. Os membros auscultados concordam com a construção de um novo centro de saúde, uma solução apresentada recentemente pela Câmara Municipal das Lajes do Pico, mas que sempre se constituiu como promessa do PSD e que foi, inclusivamente, apresentada pela Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico num levantamento de necessidades de investimento elaborado logo após a sua tomada de posse;
4. Ainda que fosse uma pretensão partilhada, o Governo Regional tinha decidido requalificar o espaço atual, como solução mais imediata, remetendo, para mais tarde, a construção de um novo centro de saúde;
5. A decisão do Governo Regional dava seguimento ao que tinha sido decidido na legislatura anterior, com a governação do Partido Socialista, em cumprimento, também, com uma das obrigações previstas no contrato de cedência assinado com a Santa Casa da Misericórdia das Lajes, que ditava a requalificação do edifício até 2019 e a devolução do mesmo, em 2035;
6. As obras de requalificação do centro de saúde não cumpriram os prazos estabelecidos no contrato e passaram por um processo que estava previsto demorar catorze meses, mas que já ultrapassou os cinco anos, devido a concursos que foram assumidos e não executados e, mais tarde, por concursos que ficaram desertos dado o aumento dos custos de construção;



7. A Câmara Municipal das Lajes do Pico fez uma memória descritiva do caderno de encargos que foi lançado a concurso e que serviu de sustentação técnica para solicitar o abandono da solução pensada, uma vez que o edifício atual apresentava vários problemas em termos estruturais;
8. Devido a todos os constrangimentos verificados com a obra, o último valor apontado para a requalificação e o resultado do estudo levado a cabo pela Câmara Municipal das Lajes, os petionários avançaram com uma petição para abandonar, em definitivo, a solução que tinha sido pensada;
9. Os membros ouvidos em comissão referiram que a solução de um novo centro de saúde permitirá cumprir todos os requisitos legais e serão tidas em conta questões como a acessibilidade, a mobilidade e a funcionalidade do próprio edifício;
10. Tendo em conta o plano de regeneração e revitalização urbana do centro das Lajes, a autarquia ponderou a construção do novo centro de saúde no coração da vila, no atual espaço do gimnodesportivo, um local perfeitamente seguro, de acordo com a avaliação técnica elaborada pela própria Câmara Municipal;
11. A vice-provedora afirmou que o edifício da Santa Casa, quando for devolvido, deverá ser canalizado para um espaço útil e deverá abranger outras áreas, nomeadamente cuidados continuados, uma solução que também é partilhada pelos petionários e a própria autarquia;
12. Os petionários e a Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico reconheceram e enalteceram a abertura do Governo Regional em cessar a requalificação que estava prevista para procurar outra solução mais viável;
13. Em termos de valências para a nova estrutura, a Secretária Regional da Saúde e Desporto afirmou que esta deve ser uma unidade no contexto dos cuidados primários, com valências básicas, nomeadamente psicologia, nutrição, terapia ocupacional, os serviços de enfermagem, serviços médicos e fisioterapia.
14. Em termos de localização, a tutela considera que a mesma deverá ser avaliada, mas admite que está sensível às pretensões da autarquia e da população. No entanto, se existirem terrenos em melhores condições do ponto de vista técnico, os mesmos serão equacionados. O importante é garantir melhores condições de acesso aos cuidados de saúde aos Lajenses.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

15. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 19 de maio de 2023.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(Joaquim Machado)